

Territorialidade e políticas públicas no Brasil

CURSO DO PROGRAMA PARA APERFEIÇOAMENTO DE CARREIRAS - 2018

Brasília, Escola Nacional de Administração Pública, 21 de Maio a 5 de Junho de 2018

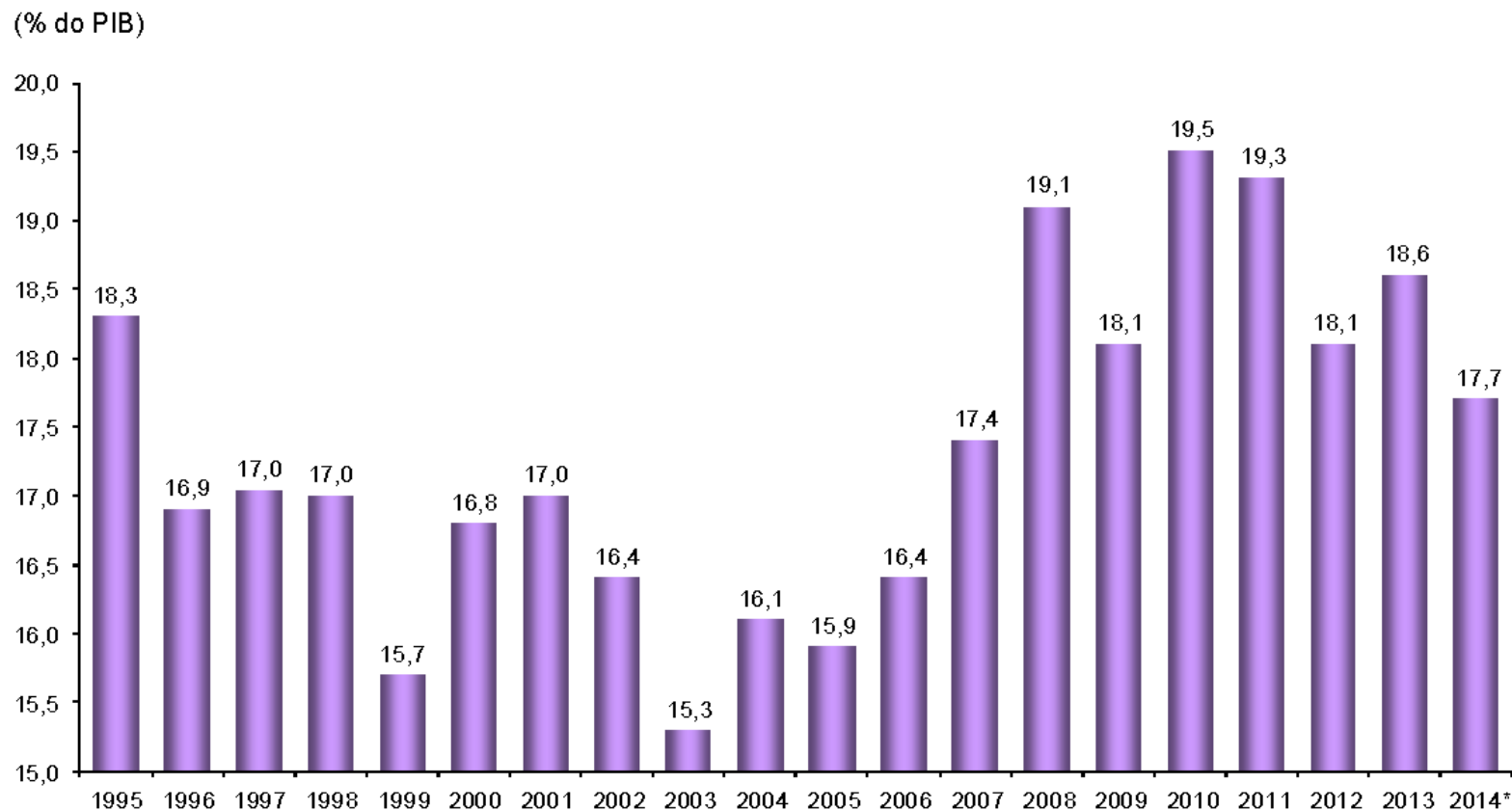
Antonio Carlos F. Galvão (CGEE e CNPq)

SUMÁRIO

1. **Conceitos e abordagens na interpretação da Economia (Fundamentos, teorias e políticas)**
2. **Configurações espaciais e políticas de desenvolvimento regional e ordenamento territorial no Brasil**
3. **A experiência de política regional da União Europeia e outros países**
4. **Das políticas de desenvolvimento regional às políticas territoriais: objetivos, estratégias, programas e instrumentos**
5. **Estudo de caso 1 – O Projeto CDR/MEC**

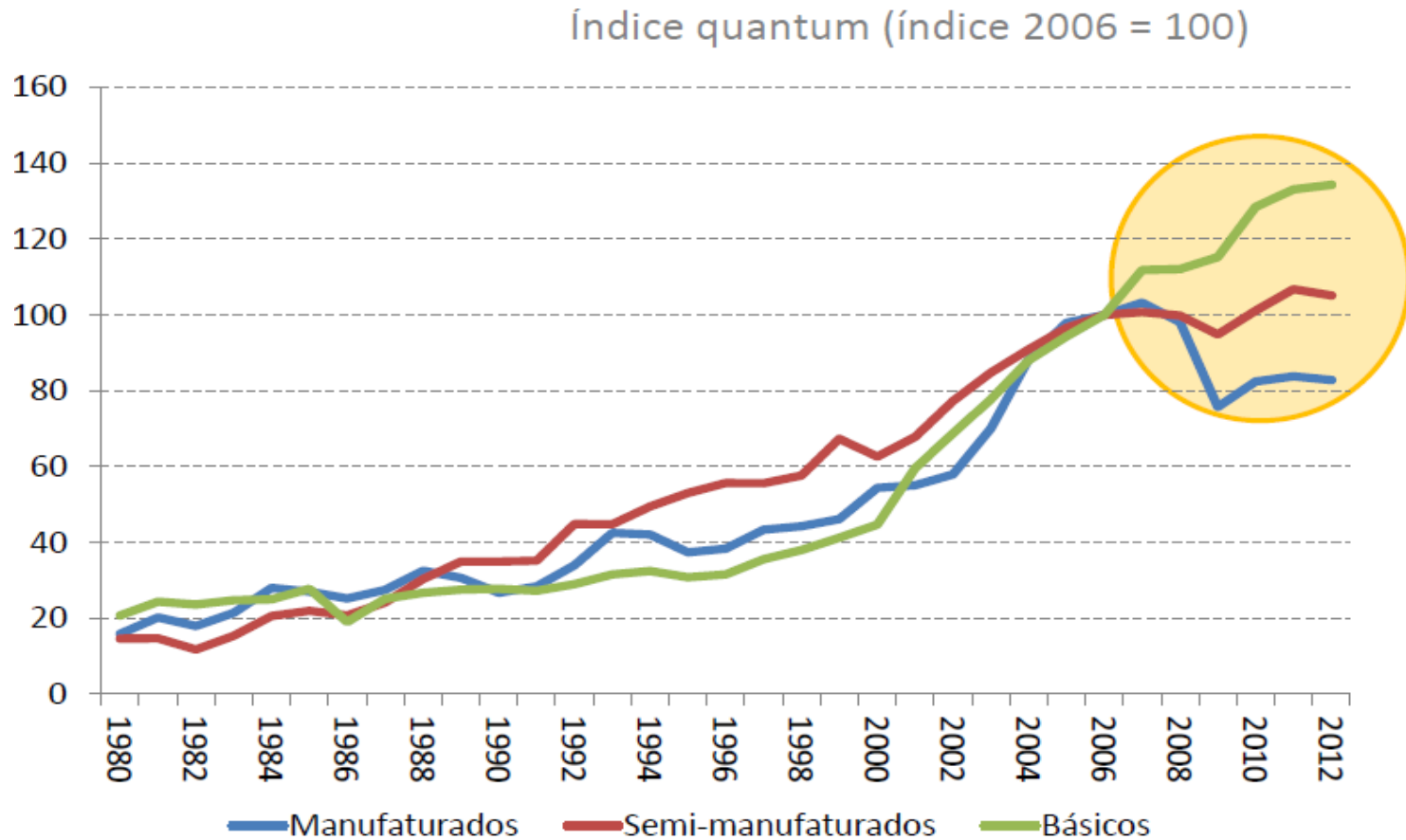
Territorialidade e Políticas Públicas no Brasil

TAXA DE INVESTIMENTOS A PREÇOS CORRENTES (% do PIB)



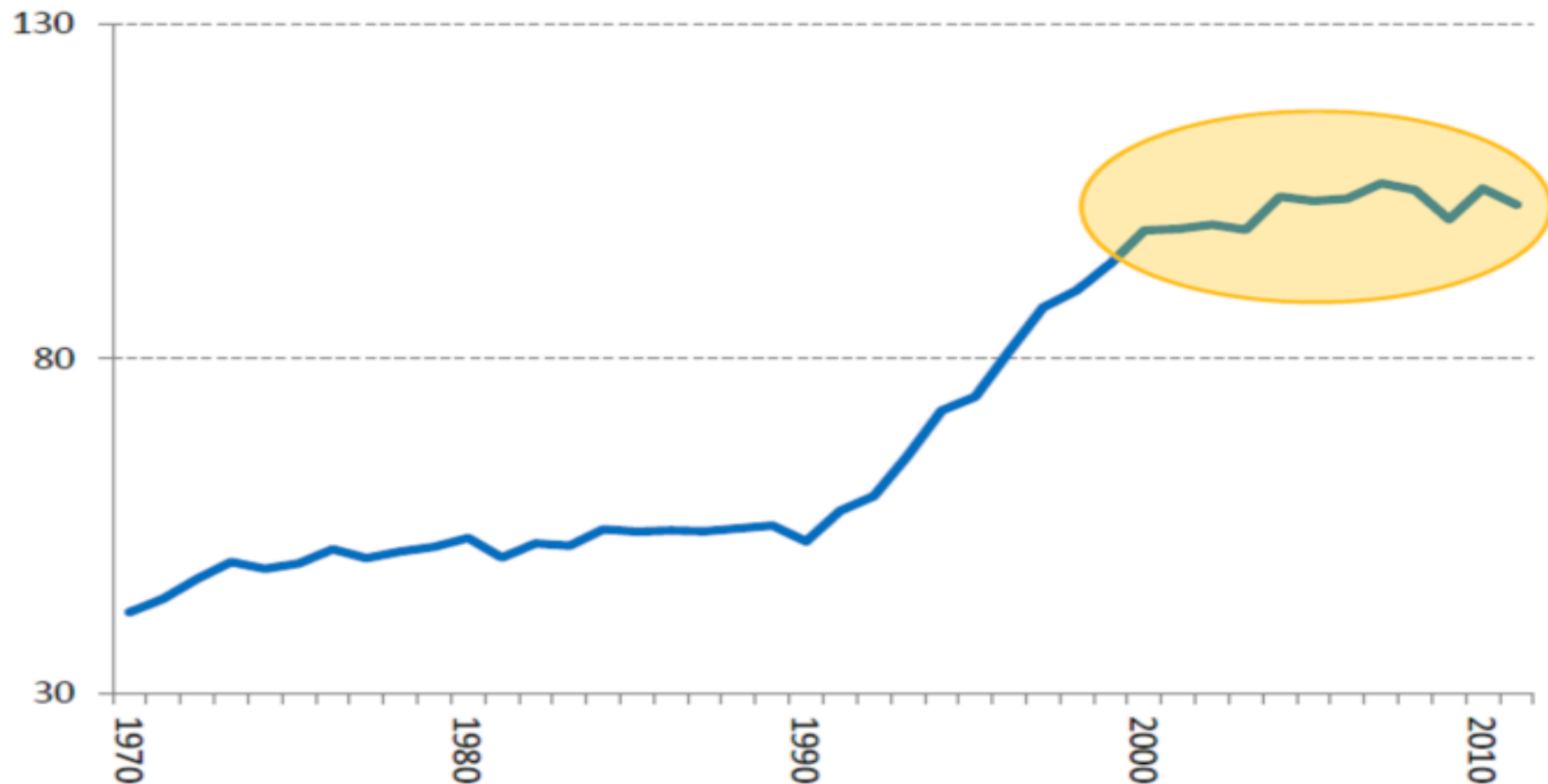
Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI; Vinte anos de economia brasileira – 1995-2015, Brasília, 2016

Primarização da pauta...



Fonte: FUNCEX a partir de dados da SECEX/MDIC

Produtividade do trabalho estagnada

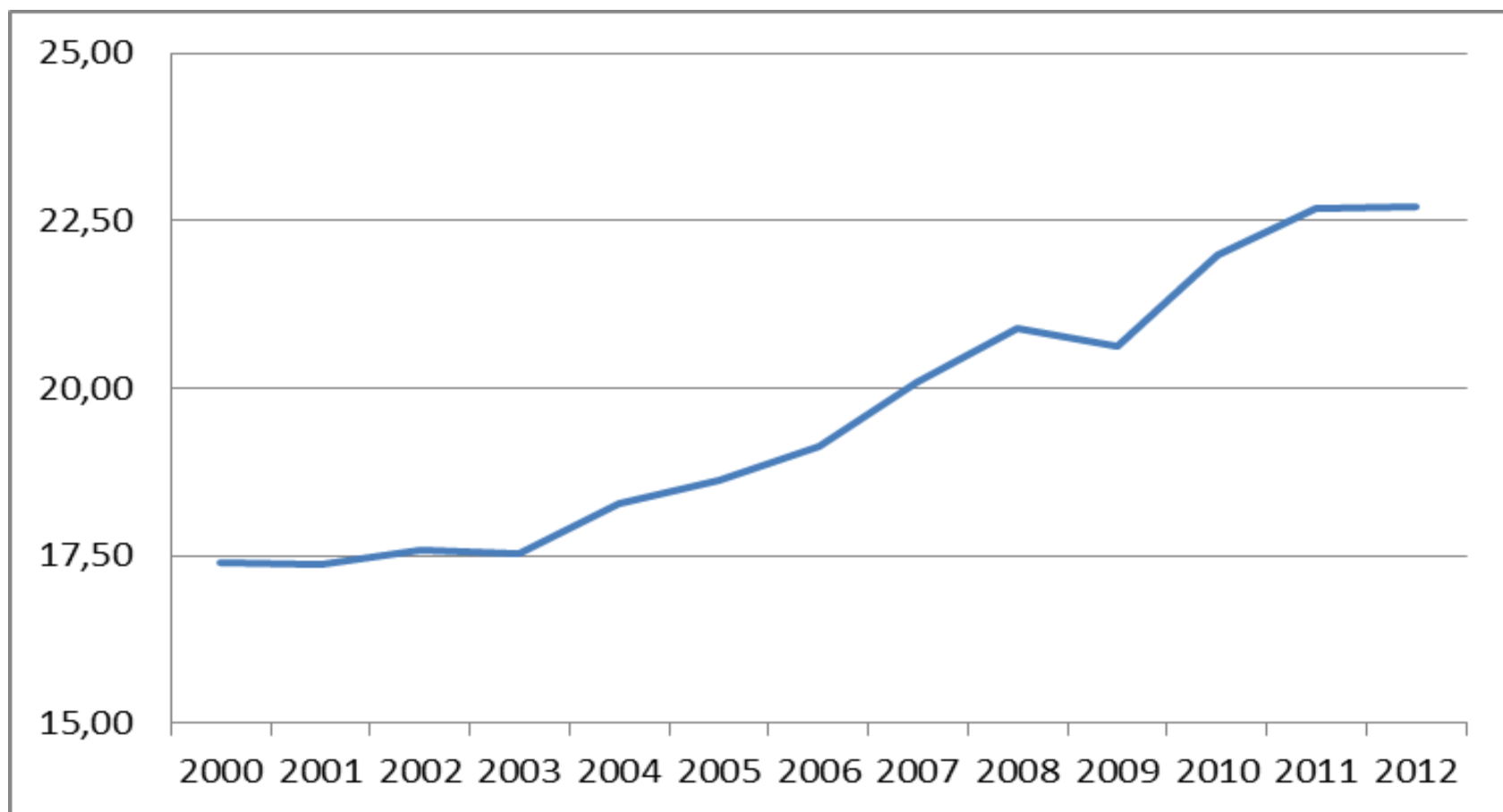


Fonte: Estimativa da CNI com base em dados próprios e do IBGE

Prof. ackson De Toni

Políticas de desenvolvimento regional e territorial

Brasil - PIB per capita - 2000 a 2012 (R\$ mil 2012)



Políticas de desenvolvimento regional e territorial

Brasil: PIB por habitante, população total residente, pessoal ocupado total, produtividade e taxa de ocupação (1991 – 2000 – 2009)

Anos	PIB (R\$ bilhões 2012)	População total (milhões hab.)	Pess Ocupado Total (milhões hab.)	Produtividade (R\$ mil 2012)	Taxa de Ocupação (%)
1991	2.353,4	146,8	55,3	42,6	37,7
2000	2.978,8	169,8	65,6	45,4	38,7
2009	3.950,7	188,4	86,7	45,5	46,0

Fonte: IBGE, disponível em Ipeadata (www.ipeadata.gov.br)

PIB per capita $\rightarrow PIB / Pop = PIB / PO \times PO / Pop$
 - *PIB / PO* $\rightarrow$ Proxy de produtividade agregada
 - *PO / Pop* $\rightarrow$ Proxy de taxa de ocupação

CT&I como vetor de desenvolvimento regional



Características das políticas recentes

- Políticas de CT&I orientam-se pela inovação, mas atenção fica no núcleo dinâmico
 - “Big Science”, “plataformas do conhecimento” etc. → alvo: inovação tecnológica na fronteira e encaixe nos circuitos internacionais de produção de ciência
 - Grandes apostas nacionais (Petróleo/Gás etc.) na inovação emperram no contexto de uma conjuntura desfavorável aos empreendimentos de maior densidade tecnológica
- Questão regional e territorial, valorizada no início, perde importância relativa
 - Políticas regionais avançam com lentidão e possibilidade de expansão é perdida
 - Instituições regionais perdem consistência, apesar de uma certa descentralização concentrada de vários programas (especialmente no campo das políticas sociais)
- Programas locais ou sub-regionais ressentem-se da falta de coordenação
 - iniciativas de variados matizes conduzidas sem coordenação e vínculo estratégico

Brasil: PIB pc, população residente, PO total, produtividade, ocupação (1991/2000/2009)

Anos	PIB (R\$ bilhões 2012)	População total (milhões hab.)	Pess Ocupado Total (milhões hab.)	Produtividade (R\$ mil 2012)	Taxa de Ocupação (%)
1991	2.353,4	146,8	55,3	42,6	37,7
2000	2.978,8	169,8	65,6	45,4	38,7
2009	3.950,7	188,4	86,7	45,5	46,0

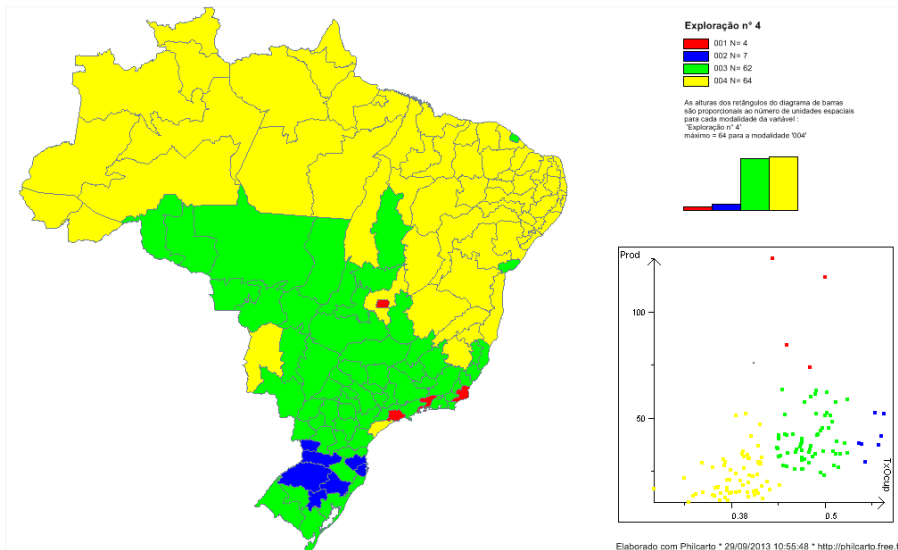
Fonte: IBGE, disponível em Ipeadata (www.ipeadata.gov.br)

$PIB \text{ per capita} \rightarrow PIB / Pop = PIB / PO \times PO / Pop$

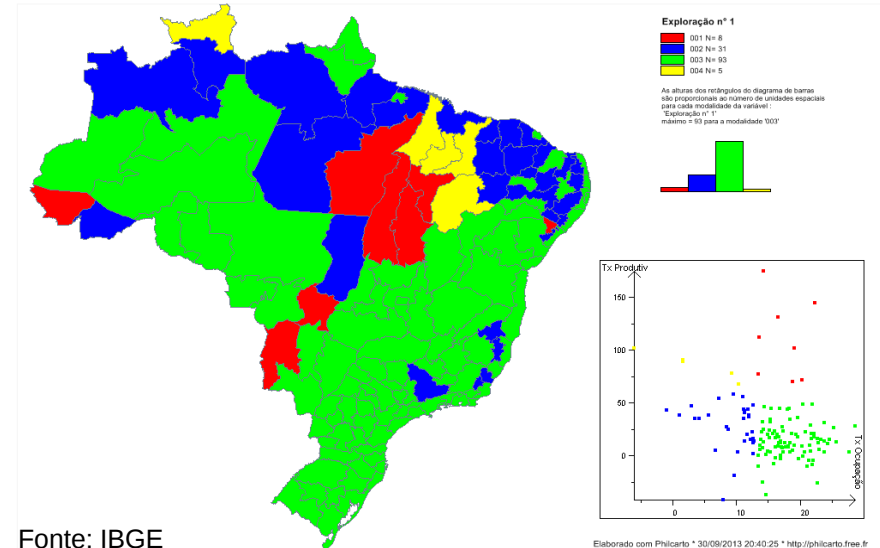
- $PIB / PO \rightarrow$ Proxy de produtividade agregada
- $PO / Pop \rightarrow$ Proxy de taxa de ocupação

Brasil: Produtividade e Taxa de ocupação (fotografia 2010 e evolução 2000 a 2010)

Brasil – Mesorregiões – Análise exploratória da produtividade e taxa de ocupação (R\$ mil de 2009 e %)



Brasil – Mesorregiões – Evolução da produtividade e da taxa de ocupação (2000 e 2010)



Fonte: IBGE

Universidade no apoio ao desenvolvimento regional

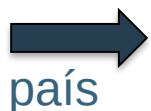
Alcance e potencial das Instituições de Ensino e Pesquisa

Contamos hoje com aproximadamente:

- **110 universidades públicas**
 - ✓ (63 federais, 43 estaduais e 4 municipais),
- **950 campi**
 - ✓ (federais: 550, estaduais: 340 e municipais: 60),
- **70 faculdades públicas** (com cursos isolados).

Além disso, ainda temos:

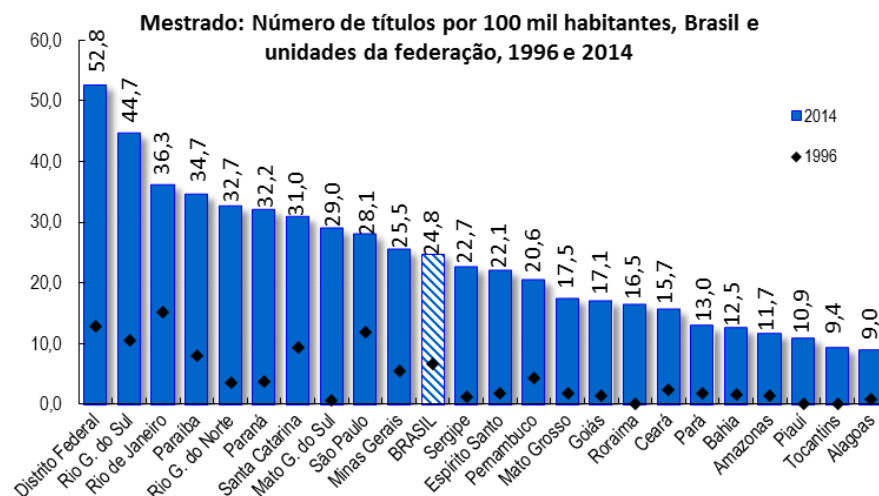
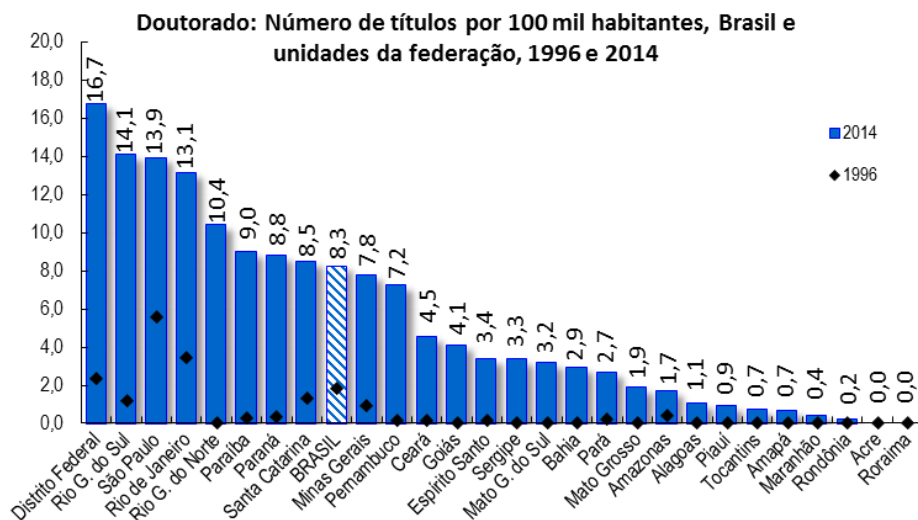
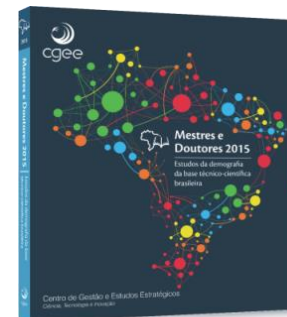
- **38 Institutos Federais (IFETs)**
- **350 campi**,
- **25 escolas técnicas** vinculadas a universidades federais (cada uma com um único campi),
- **2 Cefet** (Cefet-RJ e Cefet-MG).



Resumo: temos cerca de **1.400 *campi*** espalhados pelo

Mestres e Doutores

Gráfico H.02.02. Proporção do número de títulos de mestrado e doutorado concedidos no Brasil por 100 mil habitantes, por UF, 1996 e 2014

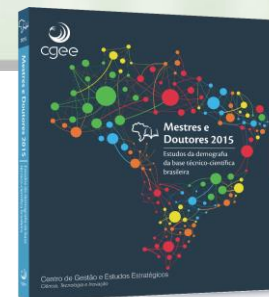


Fonte: Coleta Capes 1996-2012 e Plataforma Sucupira 2013-2014 (Capes, MEC). Elaboração CGEE.

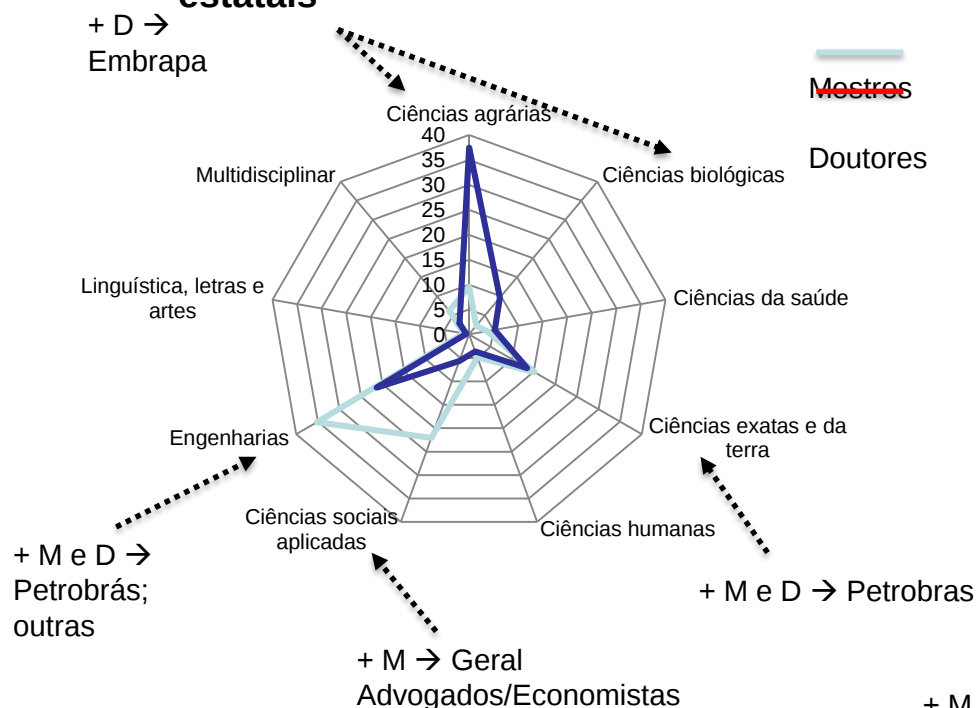
Nota: Os valores que aparecem no gráfico são referentes ao ano de 2014. Foram suprimidos os dados referentes aos títulos de mestres e doutores em 1996 quando a proporção de títulos concedidos na UF era menor que 0,2%.

Grandes Áreas de formação

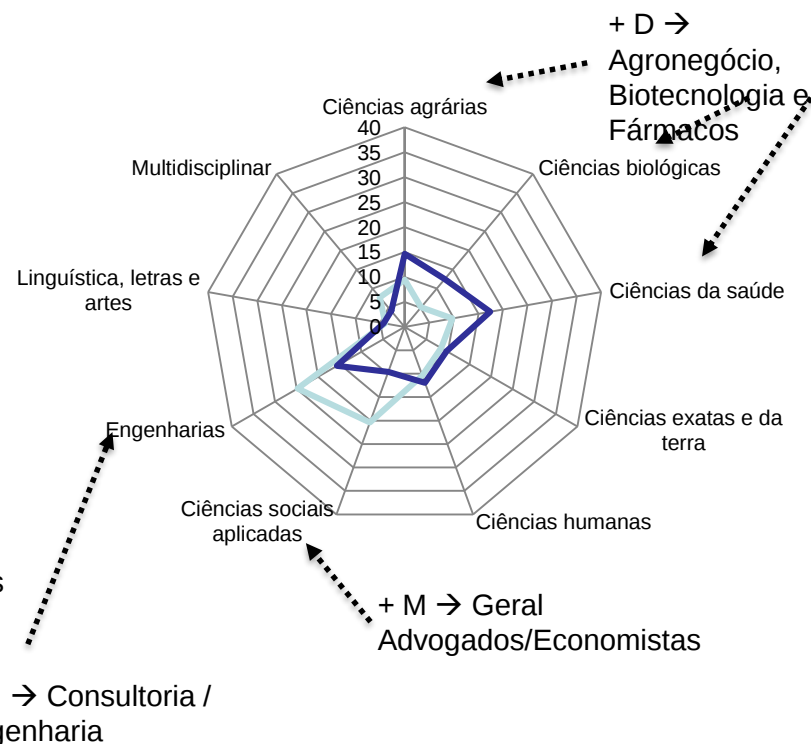
Distribuição percentual dos empregados nas empresas entre os mestres e doutores titulados no Brasil a partir de 1996, pelas grandes áreas do conhecimento da titulação, 2014



Entidades empresariais estatais



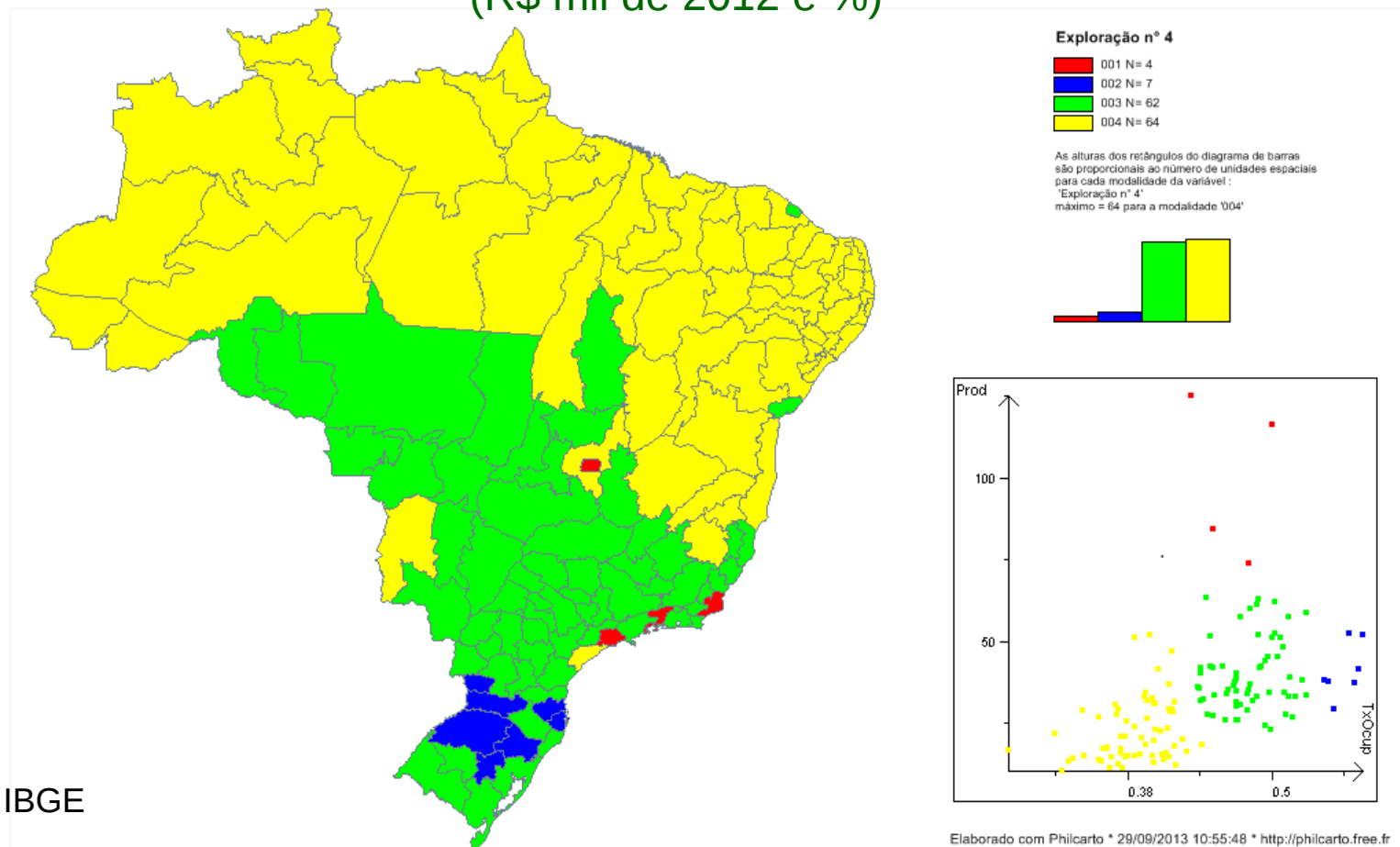
Empresas empresariais Privadas



Fontes: Coleta Capes 1996-2012 e Plataforma Sucupira 2013-2014 (Capes, MEC) e Rais 2014 (MTE). Elaboração CGEE.

Políticas de desenvolvimento regional e territorial

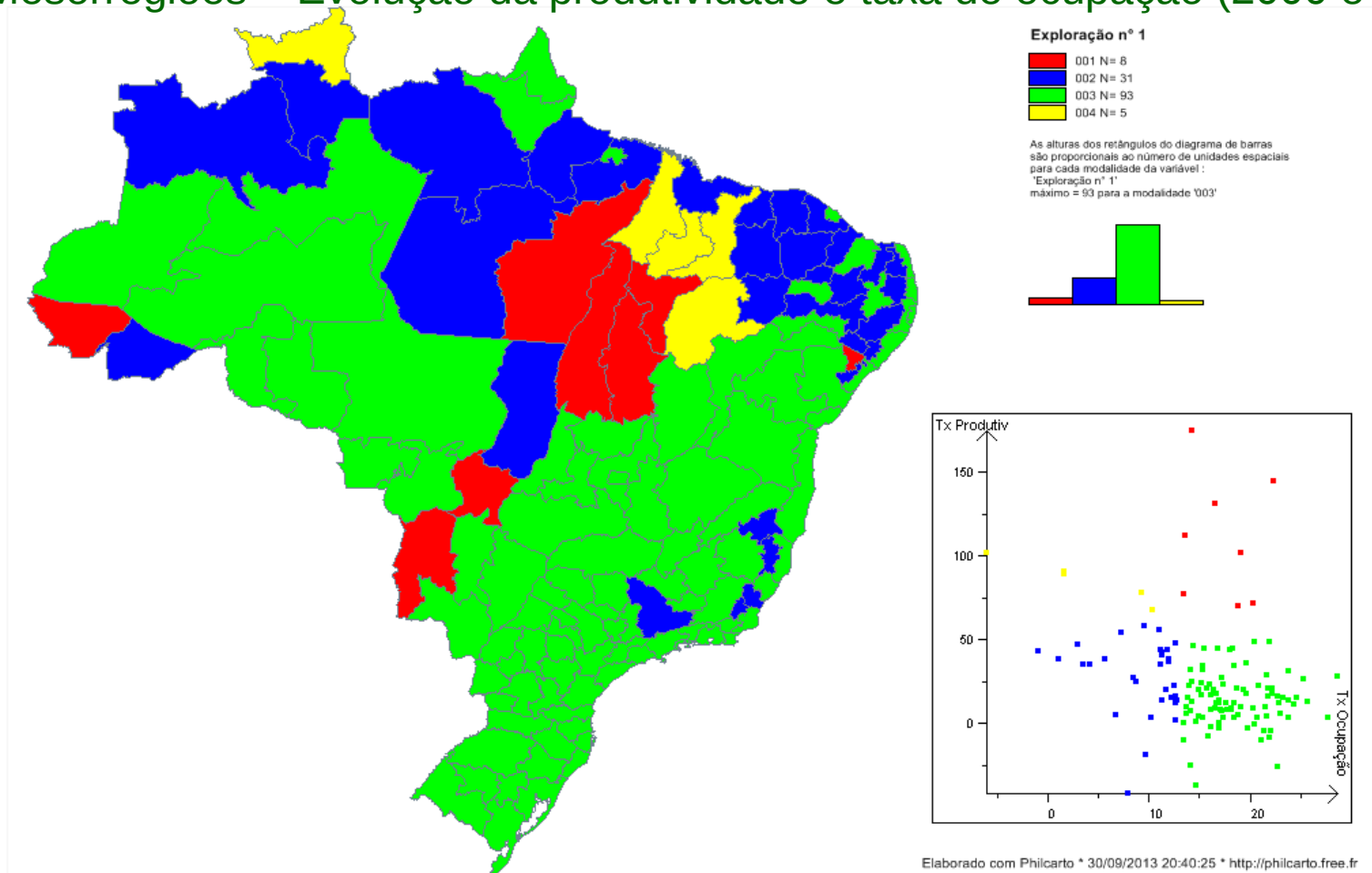
Brasil/Mesorregiões – Análise exploratória da produtividade e taxa de ocupação – 2010
(R\$ mil de 2012 e %)



Fonte: IBGE

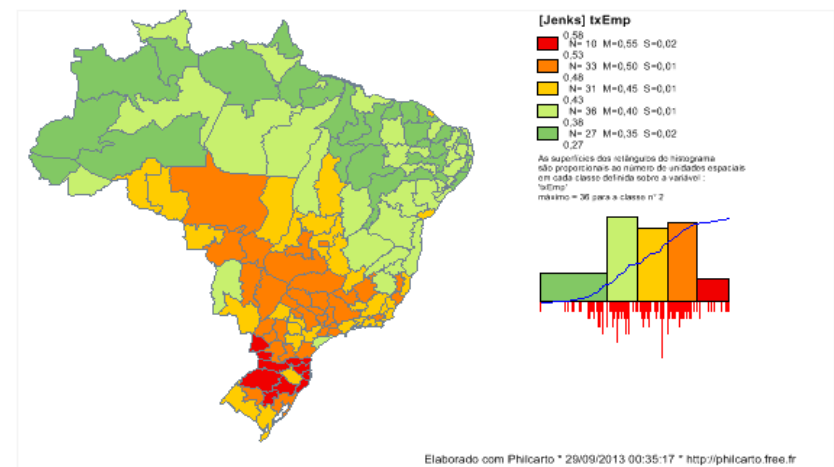
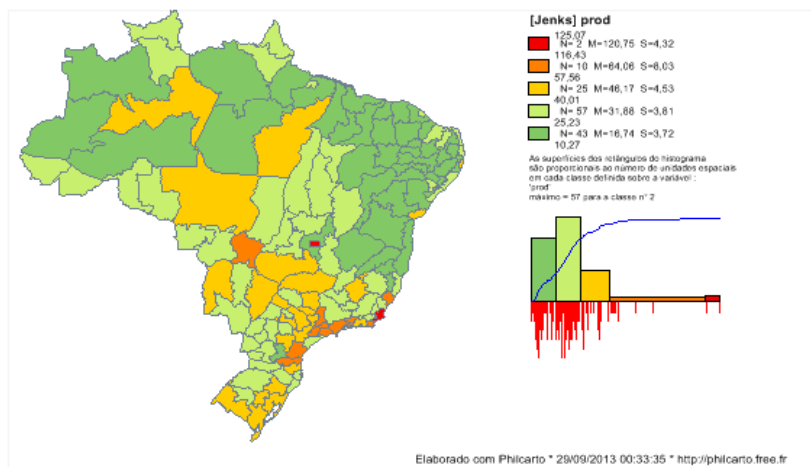
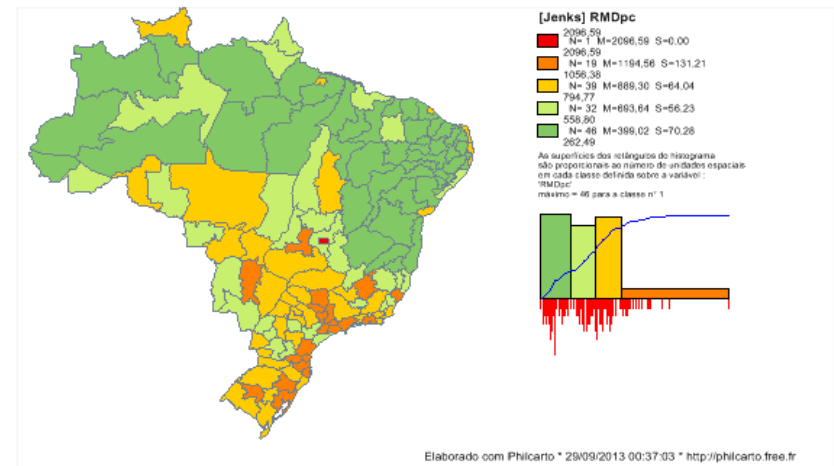
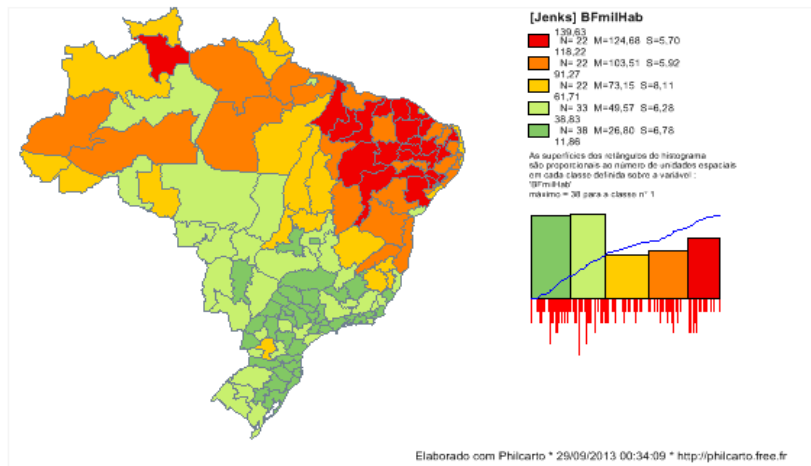
Políticas de desenvolvimento regional e territorial

Brasil/Mesorregiões – Evolução da produtividade e taxa de ocupação (2000 e 2010)



Políticas de desenvolvimento regional e territorial

Brasil/Mesos – Produtiv., tx Ocup., RMDomiliar e BFmil habitantes (2010)



Territorialidade e Políticas Públicas no Brasil

Configuração Esquemática das Políticas Públicas

Políticas Sociais

- Políticas Inclusão Social e Previdência
 - programas transferência de renda
 - princípio de universalização no atendimento
- Políticas de Educação
- Políticas de Saúde

Políticas Horizontais

- Política C&T e Inovação
- Política de Meio Ambiente
- **Política de Ordenam. Territorial**

Políticas de Desenvolvimento Produtivo (*)

- Política industrial e de Com. Exterior → bases p/ retomada
- Política Agropecuária e Rural → alimentos e agroenergia
- **Política de Desenvolvimento Regional**

Políticas de Estado

- Fazenda
- Planejamento e Orçamento
- Justiça
- Defesa
- Relações Exteriores

Políticas de Infraestrutura

- Políticas de Transportes, Energia etc.
 - logística → acessibilidade e qualificação dos territórios
- **Políticas das Cidades**
 - Qualidade urbana → serviços públicos essenciais

(*) ou políticas ativas de desenvolvimento

Desigualdades e diversidade territorial

Superação das desigualdades sociais e regionais

→ Continua o desafio inadiável para qualquer projeto de transformação do País numa nação desenvolvida.



→ Crise coloca em risco trajetória virtuosa recente e realinha perspectivas



→ 2 premissas interligadas e interdependentes em certos pontos:

1. **Desigualdades sociais:** movimento inédito de reversão das desigualdades sociais dos anos 2000 encontra-se em risco de retrocesso;
2. **Desigualdades regionais:** não apresentou resultado expressivo, ainda que também tenha avançado; desconcentração econômica é condicionada pelo investimento, que pode consolidar ou contrarrestar a trajetória anterior)



Políticas sociais e de desenvolvimento regional podem ajudar a construir outro País com superação das agudas desigualdades observadas no Brasil.

Desigualdades → demanda políticas nacionais fortes combinadas

- ❖ Atendimento universal às populações desfavorecidas (inclusão social)
(políticas sociais de alcance amplo para compor base social – renda, educação, saúde etc.)
- ❖ Investimentos infraestrutura, atividades produtivas diferenciadas e rec. humanos
(apoio à mobilidade, logística, iniciativas produtivas e serviços promissores e capacitação de RH)
- ❖ Regulação dos agentes econômicos, com estímulo às práticas inovadoras
(regulação eficaz, capaz de impulsionar tecido econômico e social na direção desejada)
- ❖ Recursos p/ mobilização de atores e definição de projetos políticos regionais
(prover recursos para ativar a força das instituições e organizações sociais)

→ demanda políticas regionais e locais alinhadas (→ requires the alignment of regional/local policies)

- ❖ Capacitação, coordenação e mobilização de instituições-chave
(universidades e centros de pesquisa, governos e empresas inovadoras)
- ❖ Articulação de estratégias e políticas concretas e bem definidas
(prospectiva, design, planejamento estratégico, *roadmapping* e afins)

Política Nacional de Ordenamento Territorial

Mecanismos e instrumentos quanto a seu nível de formalidade:

- Institucionais (desenho institucional, organizações, agências, fundos);
- De gestão (planos, programas e projetos);
- De operacionalização (práticas, formas de atuar, arranjos informais).

Mecanismos e instrumentos quanto a seu grau de imposição:

- Coercitivos (normas regulamentares; regras limitantes; restrições à autonomia completa; taxas; multas; punições);
- Incitativos (articulações institucionais para efetivar o acontecimento de propostas; ações conjuntas de diferentes esferas de governo; medidas que dão legitimidade à ação; incentivos fiscais);
- Persuasivos (criação de ambiente favorável para que determinada ação aconteça; ação comunicativa; fomento à adesão)

Política Nacional de Ordenamento Territorial



A meta do ordenamento territorial é a compatibilização de políticas em seus rebatimentos no espaço, evitando conflitos de objetivos e contraposição de diretrizes no uso dos lugares e dos recursos. O ordenamento territorial é um instrumento de articulação transetorial e interinstitucional que objetiva um planejamento integrado e espacializado da ação do poder público. (**Antonio C. R. de Moraes, USP**)

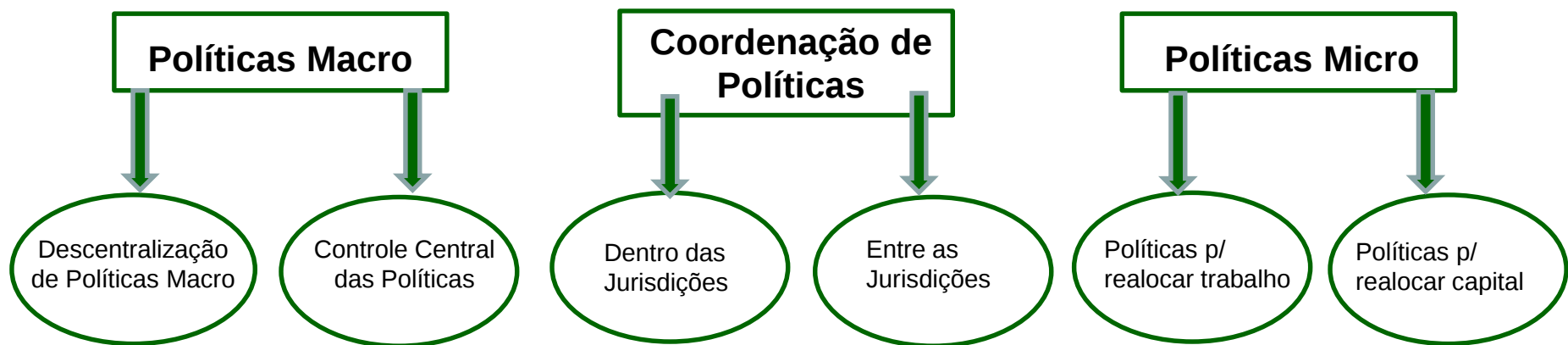


Quais as questões que se impõem para se operacionalizar o conceito:

- a) O que ordenar? Os múltiplos usos do território e de seus recursos.
- b) Para que ordenar? São objetivos reconhecidos nos discursos: - o desenvolvimento socioeconômico equilibrado das regiões; - a melhoria da qualidade de vida; - a gestão responsável dos recursos naturais e a proteção ambiental; - a utilização racional do território.
- c) Como ordenar? Trata-se dos critérios e meios. Critério considerado essencial é a finitude do território, que deve ser visto como um bem escasso. (**Bertha Becker, UFRJ**)

Políticas de desenvolvimento regional e territorial

Opções de Estratégias e Instrumentos de Política Regional



ARMSTRONG e TAYLOR (2000), Harvey e Jim; Regional economics and policy. Oxford, Blackwell Publishers Ltd., 3ª edição.

Políticas de Desenvolvimento Produtivo:

O Brasil e as políticas industrial, de CT&I e regional

Coordenação de Políticas

Dentro das
Jurisdições

Entre as
Jurisdições

*Coordenação
entre diferentes
instrumentos de
micro-política*

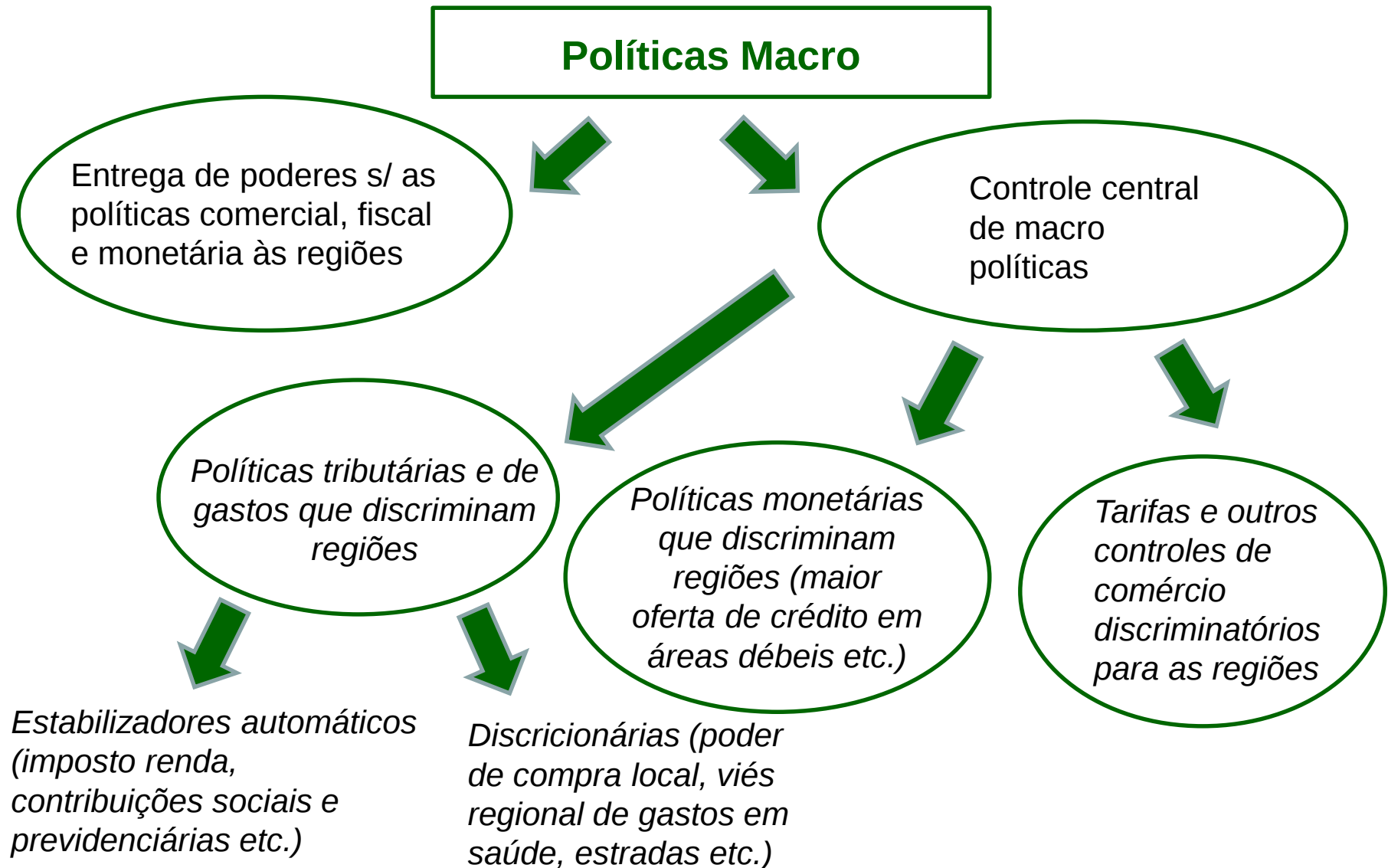
*Coordenação entre
políticas micro e
macro*

*Coordenação entre
as políticas
Supranacionais e
dos Estados-
membros (caso da
EU)*

*Coordenação entre
as políticas dos
governos nacional,
estaduais e
municipais*

Políticas de Desenvolvimento Produtivo:

O Brasil e as políticas industrial, de CT&I e regional



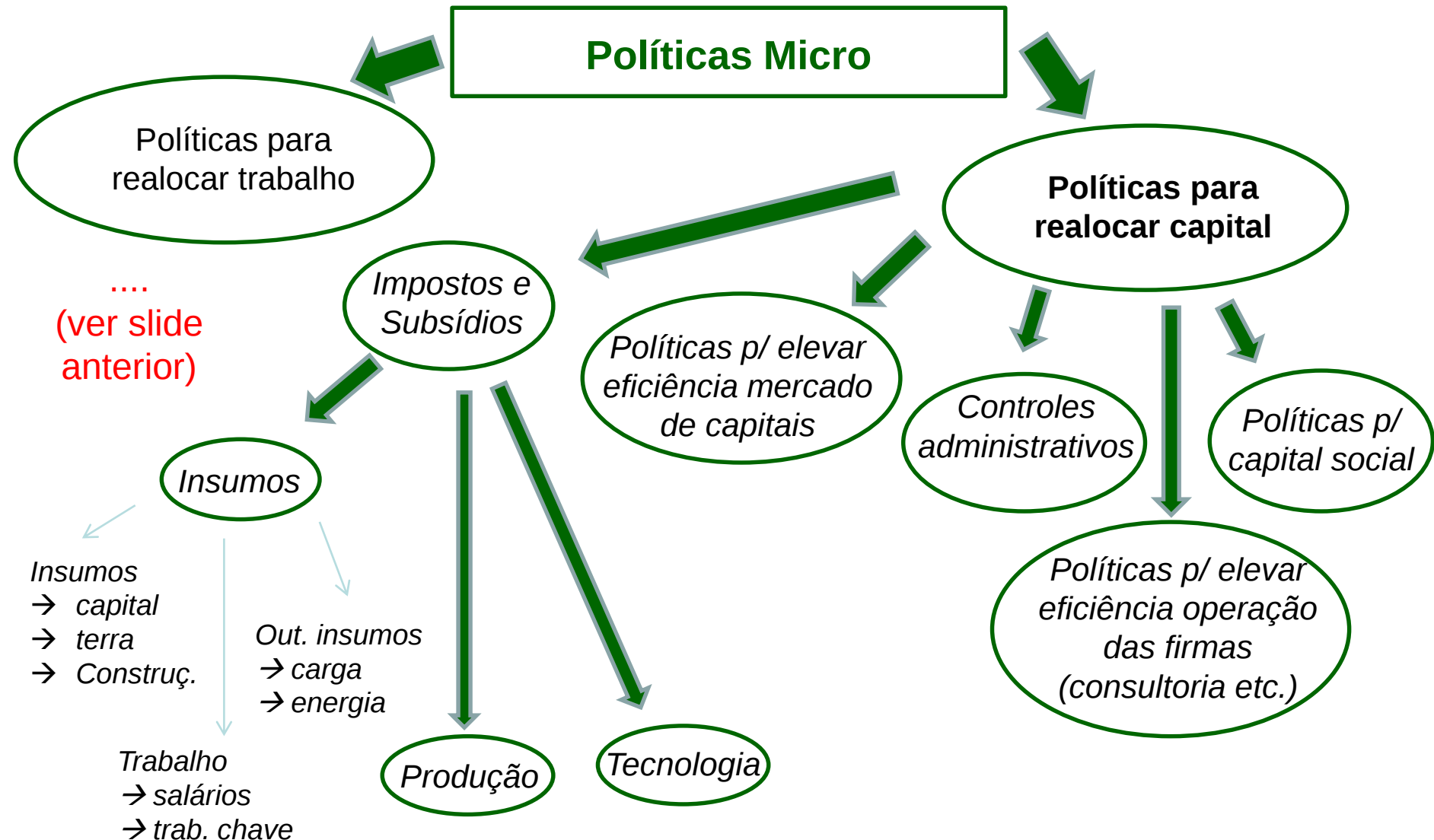
Políticas de Desenvolvimento Produtivo:

O Brasil e as políticas industrial, de CT&I e regional

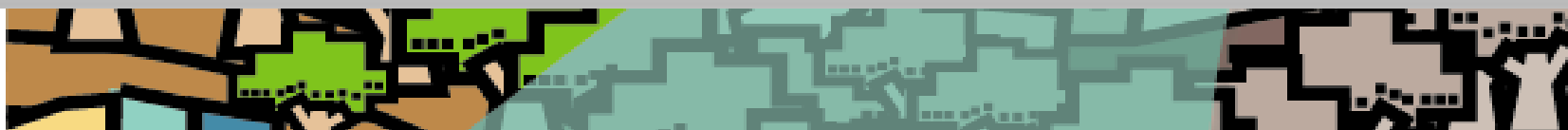


Políticas de Desenvolvimento Produtivo:

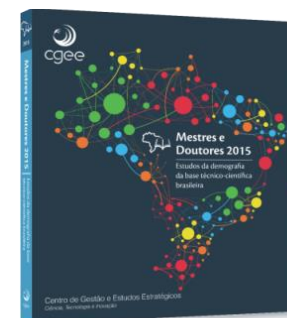
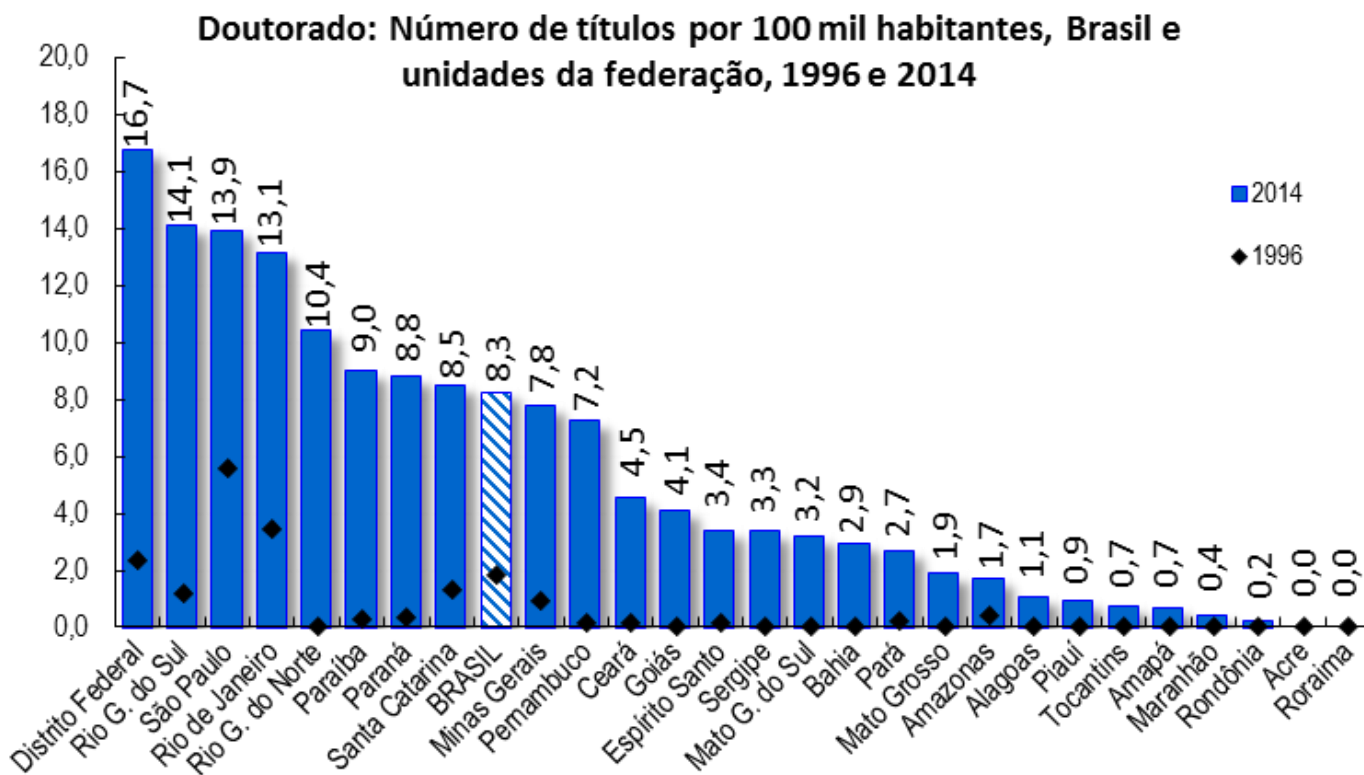
O Brasil e as políticas industrial, de CT&I e regional



Territorialidade e Políticas Públicas no Brasil



Mestres e Doutores



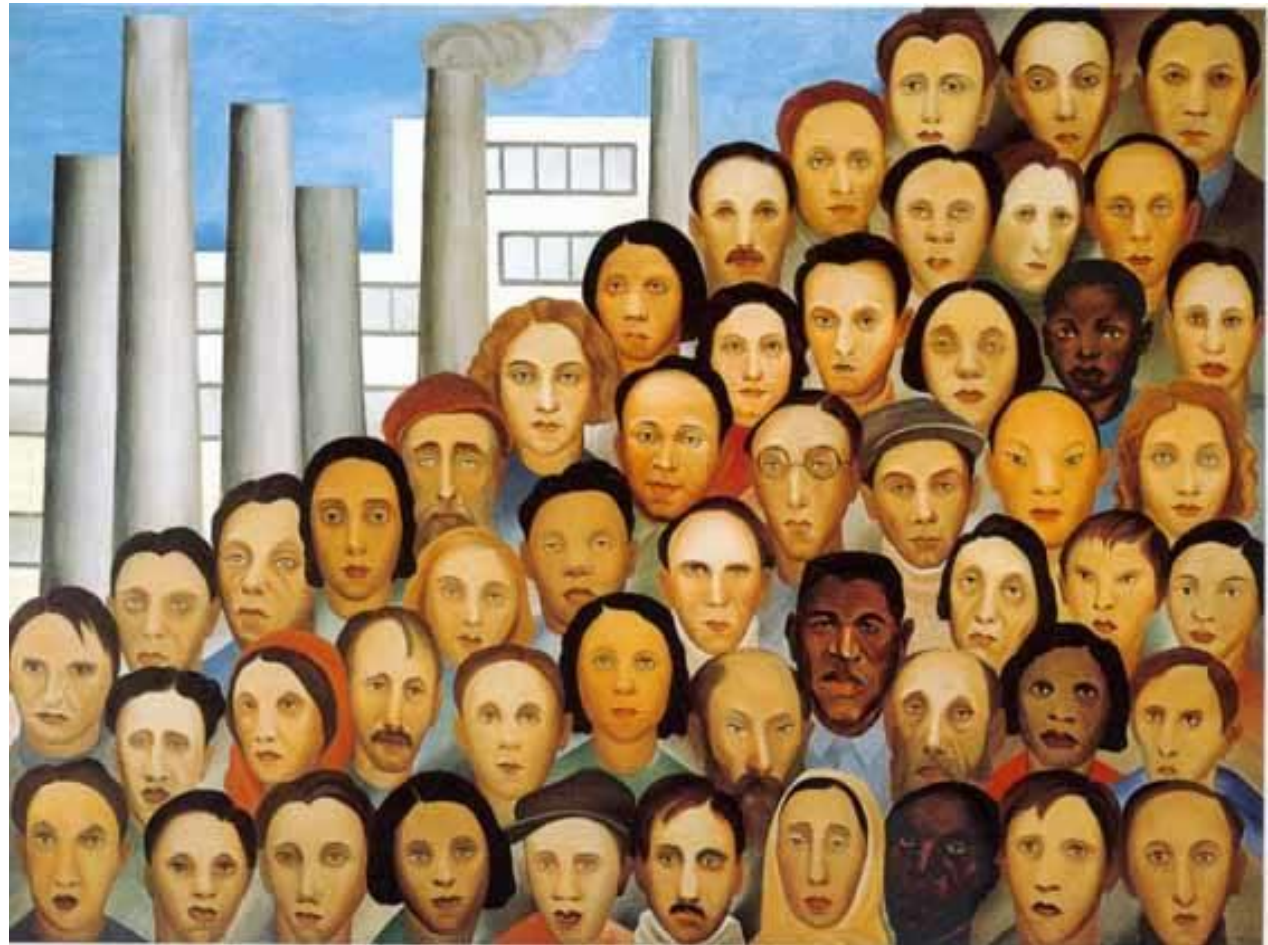
Fonte: Coleta Capes 1996-2012 e Plataforma Sucupira 2013-2014 (Capes, MEC). Elaboração CGEE.

Nota: Os valores que aparecem no gráfico são referentes ao ano de 2014. Foram suprimidos os dados referentes aos títulos de mestres e doutores em 1996 quando a proporção de títulos concedidos na UF era menor que 0,2%.

OBRIGADO

Antonio Carlos F. Galvão

agalvao@cgee.org.br



O CGEE (Centro de Gestão e Estudos Estratégicos)

CGEE: Missão

- *Subsidiar processos de tomada de decisão públicos e privados em temas relacionados a Ciência, Tecnologia e Inovação, por meio de uma abordagem baseada na articulação de pessoas e instituições com visão de longo prazo.*

CGEE: Finalidade e Objetivos

- Promover e realizar estudos e pesquisas prospectivas de alto nível na área de ciência e tecnologia e suas relações com setores produtivos
- Promover e realizar atividades de avaliação de estratégias e de impactos econômicos e sociais das políticas, programas e projetos científicos e tecnológicos
- Difundir informações, experiências e projetos à sociedade
- Promover a interlocução, articulação e interação dos setores de ciência e tecnologia e produtivo
- Desenvolver atividades de suporte técnico e logístico a instituições públicas e privadas
- Prestar serviços relacionados a sua área de atuação

Ambientes de inovação para o desenvolvimento



Territorialidade e Políticas Públicas no Brasil